



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAZINHO
SETOR DE LICITAÇÕES**

CONTRATO Nº 073/2019

Processo Licitatório n.º 106/2019.

Pregão Eletrônico n.º 005/2019.

O **MUNICÍPIO DE CARAZINHO/RS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ n.º 87.613.535/0001-16, com sede na Avenida Flores da Cunha, número 1264, Centro, CEP 99.500-000, neste ato representado pelo Prefeito, **Sr. Milton Schmitz**, inscrito no CPF sob n.º 584.588.168-49, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **ANDREIA LORENZI - ME**, inscrita no CNPJ n.º 17.189.700/0001-79, estabelecida na Rua Duque de Caxias, número 2785, Bairro Santo Antão, no município de Encantado/RS, CEP 95.960-000, telefone (51) 3751-1276 / (51) 98338-1400, e-mail licitaalf@outlook.com, neste ato representada pela sócia, **Sra. Andréia Lorenzi**, portadora da Carteira de Identidade n.º 6089443052, expedida pela SJS/II RS e inscrita no CPF sob n.º 011.284.800-18, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, é celebrado o presente contrato discriminado na Cláusula Primeira - OBJETO, que será executado, em conformidade ao disposto no Decreto Municipal n.º 133/2002, Lei Federal n.º 10.520/2002, subsidiariamente à Lei Federal n.º 8.666/93, demais normas complementares, vinculado ao disposto no edital de **Pregão Eletrônico n.º 005/2019** e à proposta vencedora, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 Constitui o objeto deste processo a aquisição de equipamentos e materiais permanentes, conforme Proposta n.º 11836.978000/1160-02 cadastrada no Fundo Nacional de Saúde – Ministério da Saúde – Governo Federal e solicitação da Secretaria Municipal da Saúde e Vigilância Sanitária, através do Ofício 127/2019 – Gabinete da Secretaria e com as condições e especificações constantes no edital **Pregão Eletrônico n.º 005/2019** e seus anexos.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA / MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
02	13	Unidade	CADEIRA GIRATÓRIA SIMPLES estofada, confeccionada em aço / ferro pintado, com rodízios, com braços, com regulagem de altura, com assento/encosto revestidos em courovin na cor preta.	ALFRS/ALF CG R	R\$ 162,00	R\$ 2.106,00
08	5	Unidade	MESA GINECOLÓGICA , com Gabinete / Armário confeccionados em madeira "MDF" de 15 mm de espessura. Armário com 2 portas e 4 gavetas. LEITO: acolchoado com espuma de alta densidade, revestido em courovin, dividido em 3 seções, sendo assento fixo, parte posterior e anterior com movimentos através de	ALFRS/ALF-MEG M01	R\$ 1.400,00	R\$ 7.000,00

			cremalheira. MOVIMENTO: Trendelemburg. Equipada com um par de porta-coxas acolchoada, com haste inox e apoio em poliuretano, anexos e gaveta de inox. Dimensões: – 1,87 x 0,55 x 0,87 m (posição clínica) – 1,42 x 0,55 x 0,87 m (posição ginecológica)			
--	--	--	---	--	--	--

CLÁUSULA SEGUNDA: DA ENTREGA

2.1 O prazo para entrega dos equipamentos e materiais permanentes é de até 30 (trinta) dias, a contar da emissão da Ordem de Fornecimento ou da Nota de Empenho, através da solicitação da Secretaria Municipal da Saúde e Vigilância Sanitária.

2.2 A **CONTRATADA** deve agendar com a Secretaria Municipal da Saúde, a data e horário para a entrega dos equipamentos/materiais permanentes.

2.3 Os equipamentos/materiais permanentes deverão ser entregues pela **CONTRATADA** em local determinado pela Secretaria Municipal da Saúde e deverão ser descarregados e, se necessário montados, por funcionários da mesma, sem nenhum custo adicional ao **CONTRATANTE**, em horário de expediente, de segunda a sexta-feira, correndo por conta da **CONTRATADA** as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA GARANTIA

3.1 A garantia abrange qualquer conserto/substituição dos equipamentos e/ou materiais, sem acarretar ônus para o **CONTRATANTE**, exceto se a ocorrência do dano se der por dolo, imperícia ou mau uso por parte do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA QUARTA: DO VALOR E PAGAMENTO

4.1 O valor global do presente contrato é de **R\$ 9.106,00** (nove mil, cento e seis reais), aceito pela **CONTRATADA**, entendido este preço justo e suficiente para a execução do presente objeto.

4.2 O pagamento será efetuado conforme Decreto Executivo n.º 011/2017, conforme agendamento no Setor de Tesouraria do Município, mediante a apresentação da Nota Fiscal devidamente vista e carimbada pela **Secretaria Municipal da Saúde e Vigilância Sanitária**.

4.3 O pagamento será realizado através de depósito em conta corrente conforme dados fornecidos pela **CONTRATADA**.

4.4 Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IPCA/IBGE do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a **CONTRATADA** com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.

4.5 Serão processadas as retenções previdenciárias nos termos da lei que regula a matéria.

CLÁUSULA QUINTA: DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do contrato o **MUNICÍPIO** poderá, garantida prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes penalidades:

Multa de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, limitado esta a 20 (vinte) dias, após o qual será considerado inexecução contratual;

Multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um) ano;

Multa de 10 % (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos.

Observação 1: As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

Observação 2: As multas aplicadas na execução do contrato serão descontadas do pagamento, a critério exclusivo do **MUNICÍPIO** e, quando for o caso, cobradas judicialmente.

CLÁUSULA SEXTA: DA RESCISÃO

6.1 Será rescindido o presente contrato, nos seguintes casos:

a) por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE**, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVIII do art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, não cabendo indenização de qualquer das partes;

b) amigavelmente, por acordo entre as partes, mediante formalização através de aviso-prévio, não cabendo indenização de qualquer das partes, desde que haja conveniência para o **CONTRATANTE**;

c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA FISCALIZAÇÃO

7.1 A fiscalização caberá diretamente à Secretária Municipal da Saúde e Vigilância Sanitária ou através de servidor formalmente designado, na forma do artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666/93, a quem compete verificar se a **CONTRATADA** está executando o fornecimento, observando o contrato e os documentos que o integram.

7.2 A fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a **CONTRATADA**, inclusive rejeitando o fornecimento que estiver em desacordo com o contrato, obrigando-se, desde já, a **CONTRATADA** assegurar e facilitar o acesso da fiscalização a todos os elementos que forem necessários ao

desempenho de sua missão.

7.3 A fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer fornecimento que não esteja sendo realizado dentro dos termos do contrato, solicitando providências da **CONTRATADA**.

7.4 Cabe à fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e, em caso de multa, a indicação do seu valor.

7.5 A ação e/ou omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá a **CONTRATADA** da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

09 SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
09.02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/CARAZINHO
09.02.10 SAÚDE
09.02.10.301 ATENÇÃO BÁSICA
09.02.10.301.1004 AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DA SAÚDE
09.02.10.301.1004.2074 MANUT. UNIDADES ESTRATÉGIA SAÚDE FAMÍLIA
34944/3.4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
4931 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS – FNS

CLÁUSULA NONA: DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

9.1 Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 8.666/93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela **CONTRATADA**, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, o desequilíbrio contratual.

9.2 O preço ajustado no contrato será alterado quando ocorrer acréscimo ou supressão, ou no caso de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente reconhecido em processo administrativo, respeitando-se os limites previstos em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA VIGÊNCIA

10.1 O termo inicial do contrato será o de sua assinatura, com duração até o término do período de garantia do objeto contratado que é de **12 (doze) meses**, após a data da entrega, conforme Proposta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica eleito, de comum acordo entre as partes, o Foro da Comarca de Carazinho/RS, para

dirimir quaisquer litígios oriundos do presente contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento que, lido e achado conforme, vai assinado pelas partes.

Carazinho (RS), 21 de agosto de 2019.

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE CARAZINHO

CONTRATADA
ANDREIA LORENZI - ME

Este CONTRATO encontra-se examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica.

Em ____ / ____ / ____